

# VI COLÓQUIO IBÉRICO DE GEOGRAFIA - ACTAS

A Península Ibérica - um espaço em mutação  
Vol. I



Publicações da Universidade do Porto

1995

---

Título: VI COLÓQUIO IBÉRICO DE GEOGRAFIA – ACTAS

Subtítulo: A Península Ibérica – um espaço em mutação

Editor: Universidade do Porto — R. D. Manuel II, 4050 PORTO, PORTUGAL. Telef. +351 2 694462 Fax. +351 2 698736

Nº: 2

Volume: I

Edição: 1ª

Localidade: Porto

País: Portugal

Mês: Maio

Ano: 1995

Nº de exemplares: 1500

© 1995, Universidade do Porto e Instituto de Geografia da Faculdade de Letras do Porto

Capa: Nazareth Rego (montagem com base na fotografia aérea em infravermelhos da ACEL, 1990)

Revisão: Grupo de Documentação do VI Colóquio Ibérico de Geografia

Tratamento de imagem: Silvano Rego

Arranjo gráfico: Silvano Rego e Fernando G. Monteiro

Fotolitos: Gráfica da Universidade do Porto

Impressão: Litogaia – Artes Gráficas, Lda

Data: Janeiro de 1996

Depósito Legal nº: 92751/95

---

Vol. I

Temáticas: 1. Geografia Humana e Planeamento Regional 2. Cidades e Metrópoles 3. Ruralidades  
4. Dinâmicas Industriais 5. Políticas Regionais e Locais.

---

Vol. II

Temáticas: 1. Geografia Humana e Planeamento Regional 2. Turismo e Lazer 3. Geografia Física  
e Ambiente 4. Geomorfologia 5. Climatologia e Hidrologia. 6. Catástrofes Naturais e  
Impacte Ambiental

---

Vol. III

Temáticas: 1. Geografia Física e Ambiente 3. Recursos Naturais e Ordenamento do Território  
4. Investigação e Ensino em Geografia

---

## CONDIÇÕES E IMPACTES TERRITORIAIS DO INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO NA REGIÃO NORTE LITORAL – O EXEMPLO DA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

TERESA SÁ MARQUES

Instituto de Geografia da Universidade do Porto

### 1. Introdução

Entramos numa nova economia caracterizada fundamentalmente, por uma profunda revolução tecnológica e por um processo acelerado de internacionalização e de articulação mundial. Há uma constante preocupação dos produtores e das regiões em aumentarem a sua competitividade. Num mercado em constante mutação, é crucial ser-se capaz de acompanhar o mercado em termos de produtos e de clientela alvo. Os gastos em I&D, as economias de escala e/ou gama, a importância da inovação, da dimensão do estabelecimento e de dominar a rede de comercialização, fazem com que o poder se concentre cada vez mais nas grandes empresas.

Este movimento implicou a transnacionalização da economia, na qual a estrutura e os interesses do grupo são, cada vez mais, supranacionais, pressupondo o desenvolvimento de estratégias globais e integradas. Podemos considerar, pelo menos, quatro formas de globalização das empresas (excluindo aqui os processos de importação/exportação):

- investimento directo estrangeiro, através de instalações de novas empresas de capital estrangeiro ou através de fusões e de aquisições (parcial ou total) de empresas nacionais;
- alianças internacionais estratégicas, que podem apresentar diferentes figurinos, designadamente as “joint-ventures” ou as alianças funcionais específicas;
- redes de empresas, estruturas de empresas especializadas que estão integradas e organizadas de uma forma flexível, de forma a desenvolverem complementaridades, rendibilizarem canais de comercialização, know-how, informação, poder negocial, etc.
- subcontratação internacional, com vista a aproveitar diferenciais de custo de produção, desenvolver processos de especialização em produtos ou processos.

Qualquer um destes processos apresenta implicações regionais a considerar. Será objectivo deste artigo analisar as implicações regionais do investimento directo estrangeiro e avaliar a importância estratégica que possíveis alianças internacionais ou presenças em redes internacionais estão a ter na modernização e internacionalização da economia regional. O trabalho aqui apresentado insere-se num projecto de investigação mais alargado, de análise das implicações do investimento directo estrangeiro (IDE) na indústria, na área compreendida entre Valença e Aveiro, na região normalmente designada por “Região Metropolitana do Porto”<sup>1</sup>. Neste artigo iremos abordar só algumas questões relativas ao IDE na Área Metropolitana do Porto (AMP).

Numa óptica de abertura ao exterior, será importante questionarmos o papel das “empresas transnacionais” em Portugal, e mais concretamente na AMP, esclarecendo de que forma o IDE é um factor condicionador do desenvolvimento económico regional. A integração económica na Europa reforçou a articulação da “Região Metropolitana do Porto” com a economia mundial e com Espanha, sobretudo no eixo Porto-Galiza.

<sup>1</sup> Designação da autoria de Abílio Cardoso.

Normalmente, o investimento directo estrangeiro é encarado, em alternativa, como factor de dependência e de desestruturação das economias nacionais ou como elemento de dinamização e desenvolvimento das economias que o atraem. Além disso, é referido como um dos elementos importantes no equilíbrio da balança de transacções correntes. Os estudos desenvolvidos identificam os padrões de distribuição espacial do investimento directo estrangeiro e constataam a contribuição do IDE para o reforço das especializações produtivas locais, assim como para o desenvolvimento dos contrastes e dos desequilíbrios regionais.

Perante estas avaliações genéricas, será de insistir na análise espacial do investimento estrangeiro e na importância das dimensões analíticas no estudo de relação do investimento estrangeiro/desenvolvimento regional.

Há que avaliar a integração local/regional do I.D.E., centrando a análise na empresa, no tipo de relações mercantis que esta estabelece ou não com as empresas abastecedoras e clientes do meio envolvente e nos efeitos demonstrativos que este tipo de relações estará a desencadear. As implicações regionais passam, também, por acordos de cooperação na área da inovação tecnológica, formação profissional, comercialização, e por efeitos de demonstração ao nível do espírito empresarial e da inovação de produto, processos produtivos e mercados.

Os impactes ambientais, financeiros (fontes de receitas municipais e/ou polizadores de incentivos) e sobre o mercado imobiliário e de solos são outras dimensões possíveis do desenvolvimento regional.

Assim, o conhecimento e a caracterização geográfica do IDE mais não constitui que o ponto de partida para uma análise mais cuidada e enriquecida. Nesse sentido, pretendemos centrar a nossa análise nas estratégias desenvolvidas pelas empresas transnacionais e nos respectivos impactes a nível local/regional, revelando o possível confronto das relações que se estabelecem entre a crescente globalização das economias e das sociedades actuais e a especificidade de cada região.

As implicações e a avaliação do investimento directo estrangeiro em meios complexos e diversificados, como são as Áreas Metropolitanas, são difíceis de ser analisadas e avaliadas com rigor.

O primeiro elemento a saber é a natureza do investimento localizado na AMP e que posição a empresa aqui localizada tem na estrutura do grupo estrangeiro: que actividades o grupo desenvolve, o que é que fabrica e que papel o estabelecimento português desempenha na orgânica funcional da estrutura multinacional, tecnologias empregues e diferenciais tecnológicos e de qualificação da mão de obra relativamente à empresa investidora, grau de autonomia/dependência nas decisões estratégicas e nos serviços necessários à actividade produtiva.

Interessa-nos detectar os factores determinantes do investimento estrangeiro em Portugal, numa perspectiva de país comunitário, e o que determinou a opção por esta área metropolitana. Por outro lado, as razões que levaram a empresa de capital nacional, localizada na AMP, a optar pela inserção interna de capital estrangeiro.

As ligações criadas pelo estabelecimento de IDE e empresas locais, via fornecimento (matérias primas e componentes), subcontratação (de algumas fases do processo de fabrico, ou de alguma gama de produtos) ou venda, dão origem a importantes implicações no tecido produtivo local. Poderão ser canais de transmissão de informação e mesmo formação, tendo um efeito de demonstração ao nível tecnológico, organização da produção, na qualidade total, numa nova e eficaz filosofia de gestão e/ou na expansão dos serviços de apoio à produção. Este efeito pode ter implicações num ganho de competitividade das empresas locais em mercados nacionais e europeus.

Estas implicações dependem da importância que o fornecimento local apresenta relativamente

às compras realizadas em empresas externas, do grupo ou não, da capacidade das empresas locais na percepção e na adaptação a novas necessidades e oportunidades de negócio criadas, no grau de integração de produtos nacionais no aprovisionamento do grupo, criando oportunidades de exportação de matérias primas e componentes fabricadas localmente para outros estabelecimentos da orgânica do grupo.

No entanto, a alternativa para o fornecimento externo, sobretudo via grupo, cria implicações negativas para as empresas locais e contribui para aumentar a dependência, o nível de controlo e mesmo dominância da economia local.

Este domínio – dependência relativamente a um grupo – pode ser tratada a diferentes dimensões, sendo necessário avaliar, na definição e decisão estratégica, qual a importância/papel da empresa local relativamente à “casa-mãe”: quem decide ou faz a concepção do produto, o tipo de produtos a fabricar, o desenrolar do processo de fabrico, a informação e o desenvolvimento tecnológico, os preços de venda dos produtos, os estudos de marketing, a comercialização da produção, o controlo/gestão da empresa, os projectos de investimento, a I&D, a estratégia global da empresa cá localizada. Quanto mais concentrada estiver a decisão na empresa externa investidora maior será o grau de dependência da economia local.

As implicações locais do IDE poderão estar, também, nos acordos, parceria e/ou redes de cooperação que estas empresas estabelecem com empresas e/ou instituições locais, para a inovação tecnológica e de produto, a formação, a comercialização ou a produção. Os centros de investigação e as universidades, as instituições de formação e a administração local/regional têm o importante papel de criar estruturas que facilitem e dinamizem estas ligações, de forma a aumentar a inserção local do IDE e aumentar a competitividade das empresas da área metropolitana.

O impacto da transnacionalização ao nível do mercado de trabalho é, muitas vezes, considerado o mais importante, dado que as situações internas das empresas têm implicações que podem extravasar o próprio estabelecimento e modificar as regras locais: será necessário avaliar a quantidade e qualidade do emprego criado, a estrutura desse emprego, as qualificações tecnológicas do pessoal, alterações das regras de regulação, desde os salários, formas de recrutamento, até possíveis prémios de produtividade, assiduidade e outros, condições de trabalho e estruturas de formação. Em termos de análise é necessário atender ao emprego directo criado na empresa com IDE e ao emprego indirecto, das empresas locais que desenvolvem uma actividade de subcontratação ou que são fornecedoras, cuja dimensão e actividade está muito dependente da empresa estrangeira.

O IDE, só por si, não parece contribuir para novas possibilidades e oportunidades de desenvolvimento regional, mas poderá constituir um dos seus principais vectores, pela forma como consegue condicionar e contribuir para o desenvolvimento regional.

## **2. Diagnóstico Estratégico e Cenários de Desenvolvimento**

### **2.1. Enquadramento da amostra**

A operacionalidade deste estudo, as implicações do IDE no desenvolvimento regional, exige um profundo trabalho de campo, centrado nas estratégias das empresas transnacionais e nos respectivos impactes a nível local/regional (implicações no sistema produtivo, no mercado de trabalho, no dinamismo empresarial, nos efeitos de demonstração, ambiente,...) e inter regional/internacional (no comércio, transferência tecnológica, dependência funcional, mobilidade de recursos humanos, etc).

Neste propósito, a nossa análise vai-se centrar em entrevistas realizadas em empresas com investimento directo estrangeiro localizadas na Área Metropolitana do Porto. Em primeiro lugar, entrevistamos as empresas que em 1990 declararam ao ICEP ter realizado algum tipo de operação de IDE

(criação de novas empresas e de sucursais, aquisições, aumentos de capital, prestações suplementares de capital, modificação na estrutura dos sócios,...), de forma a contemplarmos diferentes situações, dimensões e sectores. Seguidamente, optamos pela realização de entrevistas às maiores e/ou as melhores empresas com capital estrangeiro localizadas na AMP, considerando que aqui se encontra uma superior capacidade de inovação e intensidade tecnológica e uma maior integração no tecido produtivo local. Paralelamente, temos vindo a contactar associações sectoriais e empresariais, câmaras de comércio e grandes empresas, de forma a avaliarmos, na perspectivas dos agentes regionais, os efeitos competitivos locais e sectoriais do IDE nesta metrópole.

Realizamos cerca de 74 entrevistas<sup>2</sup>: a empresas locais de IDE (61 empresas), empresas de capital 100% nacional (5 empresas), associações sectoriais (quatro), câmaras de comércio (três) e instituições de apoio tecnológico (duas).

Todos os sectores de actividade estão representados, ainda que, relativamente a certas actividades, o material acumulado não foi suficientemente testado de forma a apresentarmos neste relatório conclusões sustentadas.

Em termos de análise estatística, foram tratados 49 inquéritos. A dimensão média dos estabelecimentos contactados é de 323 empregados, variando entre 4 e 2300, num total de 49 empresas e 15.824 empregados. Relativamente ao panorama médio do IDE na AMP, a amostra sobrevaloriza as grandes empresas. Tal situação deve-se ao facto da dinâmica de inovação e da intensidade tecnológica, resultantes dos critérios da amostra, ter maior probabilidade de se encontrar neste tipo de empresas.

Das 49 empresas, 38 são maioritariamente participadas por capital estrangeiro (26 das quais totalmente). É um facto a reter, dado que, como iremos verificar, o grau de dependência destas empresas relativamente às empresas externas é muito forte, ao que não é alheio o facto da opção por investimentos maioritários ser de mais fácil controlo.

Capital social: importância do IDE	Nº de empresas
100%	26
]50%-100%[	8
50%	4
< 50%	7
sem informação	1

Relativamente ao ano de inserção do capital externo, como era de prever, há uma forte concentração de empresas de IDE recente, 34 unidades industriais depois de 1986, ano de adesão de Portugal na Comunidade Europeia.

## 2.2. Sistematização de alguns resultados

### Factores de Localização Nacionais e Regionais

Em primeiro lugar, interessa-nos analisar os factores determinantes do investimento estrangeiro em Portugal, país da Comunidade Europeia, analisando de seguida os factores que levaram o capital estrangeiro a optar pela AMP.

<sup>2</sup> Em termos de tratamento dos inquéritos às empresas irão ser tratados para este relatório 49 inquéritos. Em anexo designa-se o nome das empresas e instituições contactadas.

### A. A inserção no mercado nacional e/ou comunitário

Os factores determinantes do investimento em Portugal, nas empresas transnacionais localizadas na AMP	
	Nº de empresas
<b>Inserção no mercado Português</b>	<b>28</b>
Inserção no mercado Ibérico	4
Inserção nos mercados do Mediterrâneo	1
Inserção nos mercados Africanos	4
<b>Acesso ao mercado Europeu</b>	<b>14</b>
<b>Mão-de-obra disponível em quantidade</b>	<b>21</b>
Mão-de-obra qualificada disponível	1
Dedicação e vontade de progredir da M.O.	5
Facilidade de adaptação dos trabalhadores numa nova cultura de empresa	6
<b>Níveis salariais baixos</b>	<b>27</b>
Legislação laboral flexível	3
Custos de transporte baixos	2
Custos de instalação baixos (terreno e constr.)	9
<b>Área especializada nesta indústria</b>	<b>15</b>
Relações comerciais mais estáveis com IDE	4
Investig. e Inovação Nacional neste sector	1
Apoios ao Investimento e à Formação (SIBR, PEDIP, FSE)	10
Apoios Locais (Câmaras Municipais)	2
<b>Distância reduzida a Espanha</b>	<b>10</b>
Distância reduzida ao centro da CEE	6
Uma ponte para futuros investi/ na CEE	3

A expansão pelo espaço europeu de empresas comunitárias, muitas delas já localizados num grande número de países, e a conquista do mercado europeu por parte das empresas localizadas no exterior, foram determinantes na opção por uma localização na Europa e não noutro país de outra área geográfica.

É de salientar a importância do investimento espanhol (10 empresas), que geralmente prefere o investimento no país vizinho, já que a menor distância permite uma maior facilidade nas interrelações e no controlo e, por outro, parece diminuir o risco psicológico do investimento<sup>3</sup>.

A localização num país da Comunidade, e por esta via, a inserção directa num vasto mercado com isenção de taxas alfandegárias à entrada, é crucial para 14 empresas de origem não comunitária, sendo de frisar a importância da Finlândia, Suíça e Japão.

Depois da opção por uma localização na Comunidade, a questão que se põe ao investidor externo é a da escolha do país. Aqui as condicionantes são de diversa ordem, desde factores relacionadas com o mercado, com as características da mão de obra, os custos de instalação e de transporte, as especificidades da indústria de cada país e região, assim como as suas capacidade de inovação e investigação, até possíveis incentivos ao investimento de carácter comunitário/nacional ou local.

Relativamente às empresas de IDE localizadas na AMP, a estratégia de localização em Portugal passa sobretudo pelas questões de inserção no mercado português (em 28 das empresas), no mercado ibérico (em 4) e no mercado da CE (em 10). A necessidade por parte do investidor em

<sup>3</sup> Por vezes, este investimento é o primeiro fora do país e é encarado como um teste num país que já conhecem, para acumular experiências com vista a uma futura expansão para outros países da comunidade.

alargar o seu mercado, a forte expansão do consumo em Portugal nos últimos e próximos anos, a distância reduzida a um grande mercado, que é o espanhol, e a inserção nos mercados africanos através de Portugal (em 4 empresas), são os factores mais relevantes.

A inserção no mercado português desenvolve-se em diversas actividades. No entanto, é de realçar a importância das empresas com IDE na química, que produzem matérias primas e componentes para diferentes indústrias locais e nacionais, designadamente:

- as colas para a indústria do mobiliário e calçado;
- as tintas e vernizes para a indústria automóvel;
- as resinas sintéticas para a têxtil;
- as tintas para a indústria gráfica.

Esta estratégia, pode também ser detectada nos aditivos para a indústria alimentar; na fição, produção de rendas, acessórios de confecção e linhas de coser para a indústria têxtil; nas gáspeas e solas para a indústria do calçado; e nas carroçarias, componentes em materiais metálicos (escapes, reservatórios de combustível, apoios de motor e suspensão,...) e compósitos (para-choques, bandas laterais,...) para a indústria automóvel.

A localização perto da indústria consumidora prende-se com uma necessidade de adaptação do produtos às características do mercado<sup>4</sup>. É um aspecto a reter, pelas implicações que estes investimentos podem arrastar a jusante, na indústria local.

Depois da opção por Portugal, o capital decidiu localizar-se concretamente na AMP. Esta localização é considerada estratégica relativamente à região envolvente, pela centralidade que esta área apresenta relativamente a uma região fortemente industrial, que vai de Valença a Aveiro. Relativamente ao investimento espanhol, de forte incidência nesta área, a proximidade à região da Galiza e o facto de, anteriormente, a AMP ser uma área de mercado da indústria dessa região espanhola, criaram as condições para uma implantação local (realce-se, designadamente, a indústria alimentar e a indústria automóvel).

## **B. Características do emprego e do mercado de trabalho**

Os factores relacionados com a mão de obra são, na maioria das vezes, muito importantes na escolha do país onde localizar o investimento. No entanto, a importância desta variável está relacionada com o tipo de mão de obra pretendida para o processo de fabrico a implantar. Relativamente a Portugal, há uma imagem regional no estrangeiro: no norte os salários são mais baixos, há disponibilidade de mão de obra em quantidade sem grandes exigências de qualidade, o ambiente laboral é mais calmo, a mão de obra é mais flexível e menos exigente do que na Região de Lisboa.

A opção do investimento em Portugal prende-se também com as características do emprego e do mercado de trabalho: a disponibilidade de pessoal em quantidade, qualificado ou não, a dedicação e vontade de progredir da mão de obra deste país ou região, a facilidade de adaptação dos trabalhadores a uma nova cultura de empresa, os níveis salariais mais baixos e alguns elementos da legislação laboral (designadamente, a laboração em turnos e ao fim de semana), são alguns dos elementos mais referidos.

É preocupante, para a AMP e para o país, a importância que o factor mão de obra tem na estratégia de localização. São, sobretudo, os níveis salariais baixos, e a disponibilidade de mão de obra em quantidade os elementos que, na maioria das vezes, atraíram o investimento externo para Portugal.

O factor qualificação da mão de obra só é mencionado nas empresas têxtil/vestuário, calçado,

<sup>4</sup> Em termos exemplificativos, as tintas e vernizes para a indústria automóvel tem de estar adaptada às condições climáticas nacionais, e no mercado de repintura às condições de aplicação destes produtos (pequenas oficinas, a maioria sem estufas de secagem,...).



fundição de ferrosos e metalomecânica, pelo facto destas actividades terem uma forte expressão regional. Trata-se de pessoal formado no local de trabalho, com fraca flexibilidade e de discutível qualificação. Actualmente, estas actividades estão a dar lugar a outras igualmente intensivas em mão de obra, na área das indústrias eléctrica e electrónica, a produção de cabos eléctricos, circuitos integrados, fios magnéticos, cablagens, para as quais a localização em Portugal se prende unicamente com o facto de Portugal ser um país da comunidade com níveis salariais baixos e com mão de obra disponível para a indústria.

Com a subida dos salários, os Países de Leste são uma alternativa a Portugal para os investimentos baseados nos menores custos laborais. Um ambiente social, ainda, instável nesses países está a travar a localização e/ou a re-localização de investimentos nessas áreas.

### **C. Outros atractivos ao investimento externo**

Os custos de instalação baixos (terrenos, unidades industriais para alugar ou vender, etc), ainda que mencionados por 9 empresas, não são um factor discriminatório, e surgem posteriormente à opção pelo investimento em Portugal.

Os incentivos ao investimento e à formação profissional, não sendo também os factores determinantes da localização, são elementos tidos em consideração pelas empresas, sobretudo, em períodos de expansão. Relativamente a esta variável, notamos nos últimos tempo a sua valorização, designadamente em actividades fortemente intensivas em capital.

A qualidade das estradas e dos caminhos de ferro, a proximidade a um porto e a um aeroporto e a qualidade das telecomunicações são também referidos na perspectiva da selecção da região a investir, depois de ter sido feita a opção pelo investimento em Portugal.

Actualmente, as regiões alternativas a Portugal para investimento industrial, situam-se na Grécia, Irlanda, Espanha, Turquia, Alemanha de Leste, Bulgária, Polónia, URSS, Checoslováquia. Como podemos verificar, é na Europa de Leste que se localiza a nossa maior concorrência a nível de atracção de investimento externo, o que só por si não valoriza o IDE aqui realizado. No entanto, o nosso país continua, temporariamente, a ser mais atractivo dada a instabilidade política, social, legislativa que estes países estão a atravessar e por carências ao nível das infra-estruturas (telecomunicações) e de fornecimentos.

A empresa depois de ter optado por uma localização na Comunidade e em Portugal, terá de escolher a região de localização do investimento. A opção por esta região prende-se, sobretudo, com as interrelações produtivas e as potencialidades ao nível do mercado regional que esta área centraliza. Segundo os empresários estrangeiros, o norte, e implicitamente a AMP, tem no exterior uma imagem marcada pela indústria (têxtil e vestuário, calçado, alimentar, mobiliário, fundição e metalomecânica, etc.), pela abundância de mão de obra, de baixo custo e flexível, pela sua dedicação ao trabalho e capacidade de adaptação a uma nova cultura de empresa.

No entanto, a opção por uma localização na área metropolitana, dentro de um leque diversificado de possibilidades na região, tem também uma justificação.

Esta localização apresenta vantagens locativas relativamente à Região, dadas pelas externalidades desenvolvidas pela cidade do Porto, centro financeiro, comercial e de serviços, pela concentração de mão de obra especializada, com disponibilidade e capacidade de fixação de quadros e de instituições de âmbito regional de apoio ao investimento e à formação. A proximidade às principais infra-estruturas produtivas, aeroporto, terminal de cargas e porto de mar, são da máxima importância para empresas fortemente importadoras e exportadoras. Outros factores menos específicos jogam nesta localização, embora com menor incidência: área muito industrial, proximidade de

outros estabelecimentos do grupo, mão de obra barata e disponível, empenhamento e apoio das autarquias, proximidade da Galiza, e a localização de instituições de formação estrangeiras.

### **Factores de inserção de capital estrangeiro em empresas que eram totalmente nacionais**

Algumas empresas de capital nacional da AMP (22 empresas na nossa amostra), optaram por se fundirem ou serem adquiridas por capital estrangeiro. As motivações que levaram essas empresas a esta estratégia são muito diversificadas (por ordem de importância):

- problemas financeiros;
- necessidade de aumentar a capacidade de investimento;
- necessidade de reforçar a base tecnológica e/ou de aumentar a informação na área tecnológica;
- aumentar o número de clientes e a informação sobre o mercado europeu e/ou mundial;
- garantir aprovisionamentos;
- permitir a articulação entre concepção, I&D, produção e/ou serviços venda, o que transmite estabilidade à empresa;
- necessidade de racionalizar, segmentar e integrar à escala do grupo a produção;
- criar uma gestão mais eficaz, um planeamento estratégico e por objectivos, melhor enquadrados na economia mundial.

Como podemos verificar, o tecido produtivo metropolitano sofre de uma fraca capacidade de investimento, num momento de importantes renovações e reestruturações tecnológicas, e de uma falta de informação a diversos níveis, mercados, tecnologias, gestão, etc.

Se estes objectivos foram alcançados, é um sinal positivo para a economia regional. A forma como foram atingidos, como iremos analisar (aumento da dependência e domínio do capital estrangeiro) leva-nos a questionar esse desenvolvimento.

### **Relações de interrelação ou de dependência entre as empresas do grupo**

O grau de dependência das estruturas produtivas locais relativamente à empresa ou grupo estrangeiro investidor são muito fortes.

Em termos de gestão, à empresa localizada no território nacional compete sobretudo as áreas aprovisionamento, acompanhamento do processo de fabrico e a comercialização da produção, os estudos de marketing e a definição dos preços de venda dos produtos para o mercado nacional. Por sua vez, a empresa estrangeira controla a estratégia global da empresa, a informação, o desenvolvimento tecnológico, as áreas de concepção do produto, os projectos de investimento, as áreas de I&D, da comercialização, a definição dos preços de venda dos produtos e os estudos de marketing.

Esta dependência da empresa localizada na AMP relativamente à empresa estrangeira pode ser ainda avaliada a outros níveis.

A informação tecnológica chega, na maioria das vezes, através da empresa externa e raramente através de visitas a feiras, informações em revistas da especialidade ou através das associações sectoriais e empresariais locais. O investidor externo informa-se, determina o volume de investimento e muitas vezes executa mesmo a própria compra no estrangeiro.

O fornecimento de matérias primas e componentes têm também uma forte dependência externa. Cerca de 78% das empresas têm uma percentagem dominante (50% ou mais) de compras importadas: 41% dos fornecimentos são realizados por outras empresas do grupo investidor, 29% por compra directa no mercado externo (ainda que, muitas das vezes, o grupo decida e informe a empresa portuguesa

dos canais a privilegiar) e 8% através de fornecedores locais de produtos importados. O fornecimento através do grupo insere-se em estratégias internacionais de segmentação da produção, por exemplo, na compra de tecidos, de peles, de produtos químicos e outros em empresas do grupo.

Concluindo, é de salientar a grande dependência de fornecimentos externos, por incapacidade produtiva da indústria local e pelo domínio da estratégia do grupo sobre possíveis interesses nacionais. No sector têxtil, fortemente especializado nesta região, verificamos alterações no local de compra dos tecidos, justificados pelo facto da nossa indústria não ter preço/qualidade/ inovação relativamente a fornecedores externos. Esta tendência é recente, dado que são empresas que inicialmente compravam no mercado nacional e para as quais o fornecimento local foi considerado importante à data da instalação em Portugal.

O mercado externo constitui o principal mercado (50% ou mais) para 49% das empresas e o mercado exclusivo do grupo absorve maioritariamente a produção de 33% das empresas. Esta dependência da estratégia comercial do grupo poderá criar debilidades à indústria local. Em termos sectoriais, produzimos para:

- o grupo, sobretudo nas indústrias de vestuário, calçado, têxteis, montagens de material de baixa tensão, cablagens para a indústria automóvel;
- directamente para o mercado externo (não através do grupo), sobretudo nas componentes para a indústria automóvel da Europa e o vestuário;
- o mercado nacional, sobretudo nas indústrias alimentares (conservas de carne, aditivos, etc), nas químicas (os produtos intermédios, colas, resinas sintéticas, produtos químicos, tintas e vernizes) e na indústria de componentes para a indústria automóvel portuguesa.

## **Emprego<sup>5</sup>**

As 49 empresas empregam quase 16.000 pessoas, o que constitui uma razoável base para a nossa análise.

São empresas com uma estrutura do emprego muito diversificada. De forma a avaliarmos o pessoal qualificado nas empresas, contabilizamos a importância dos quadros técnicos intermédios e dos quadros superiores e chegamos à seguinte tipologia.

1. As indústrias menos qualificadas são:

– as indústrias de vestuário, calçado, montagem eléctrica, a indústria das cablagens para a indústria automóvel, que correspondem aos valores mais baixos de qualificação – valores inferiores a 4% do emprego. São as indústrias que recorrem a processos mais intensivos em mão de obra;

2. As indústrias mais qualificadas são:

– as indústrias de fundição de precisão, as químicas (tintas para as artes gráficas, resinas para indústria têxtil, óleos lubrificantes), electrónica (circuitos integrados), electromecânica, bebidas (cervejas), indústria automóvel (tintas) são as áreas industriais mais qualificadas – mais de 18% do emprego;

– a indústria automóvel (na área da metalomecânica, nos materiais compósitos, na carroçaria), a química (tintas), a fundição de ferrosos e a confecção de lingerie apresentam valores compreendidos entre os 9 e os 16%;

3. As indústrias intermédias em termos de qualificação são:

– desde as alimentares, passando pelas têxteis e algum vestuário, até à eléctrica e electrónica TV, com valores compreendidos entre os 5 e os 9%.

<sup>5</sup> As questões do emprego são também tratadas na abordagem sectorial (no próximo capítulo).

A qualificação da mão de obra nas empresas de IDE poderá ser um bom indicador da qualidade do investimento realizado e traduz a intensidade do processo tecnológico empregue. Fazer análises laboratoriais, realizar internamente o controlo de qualidade e produtividade, a concepção e o desenho dos produtos, a manutenção e reparação dos equipamentos, são alguns sintomas de uma certa qualidade do emprego.

O emprego de estrangeiros atinge só 86 pessoas, dos quais 51 são técnicos. Cerca de 42% das empresas contratam pelo menos uma pessoa no estrangeiro. No entanto, 20% só contrata pessoal para a administração, enquanto que 22% privilegia os técnicos (sobretudo, para dar formação interna, dirigir a produção e o marketing, chefiar equipas na produção e para a manutenção e reparação dos equipamentos). A vinda de estrangeiros pretende resolver algumas insuficiências de mão de obra qualificada e formar internamente o pessoal. No entanto, o que é mais usual, é uma deslocação à “casa-mãe” durante dois a três meses, para “carregar Know-how” em tecnologia, organização da produção, gestão, controlo de qualidade e produtividade, etc.

A incorporação de capital estrangeiro em empresas 100% nacionais, determinou quase sempre uma diminuição de pessoal mais antigo e menos qualificado e a contratação de pessoal jovem, melhor formado e mais aberto às inovações. Assim, houve diminuições drásticas de pessoal, sobretudo, no sector das metalomecânicas, das eléctricas e electrónicas. Estas alterações foram motivados pelo fraco nível de formação do pessoal e pela necessidade/facilidade de implantar outras estruturas organizativas na produção, uma nova cultura de empresa, a renovação e modernização tecnológica das empresas adquiridas, uma maior exigência em termos de qualidade. Em termos globais, as empresas estrangeiras estão, relativamente à estrutura empresarial nacional, mais atentas às questões de formação, sobretudo dos quadros intermédios, considerando essa mesma função estratégica.

Nos próximos anos, na AMP, vamos assistir, sobretudo, a dois tipos de fenómenos:

- diminuição do pessoal nas empresas de vestuário, e talvez no calçado, actividades intensivas em mão de obra para as quais os salários portugueses deixaram de ser competitivos com os Países de Leste e o Norte de África;

- valorização das estruturas produtivas instaladas na AMP (designadamente, na indústria eléctrica e electrónica, na alimentar e na metalúrgia), que irá implicar despedimento de pessoal não qualificado e excessivo e a contratação de pessoal intermédio com maior e melhor formação.

Em termos territoriais, as Metrópoles são consideradas pelos empresários como os únicos lugares onde há disponibilidade de recursos estratégicos em mão de obra (mais qualificada e com um perfil de especializações mais diversificado). Por outro lado, são os únicos locais onde é possível o duplo emprego (ou múltiplo) para pessoal muito qualificado e de remunerações muito elevadas. No entanto, relativamente à AMP, a oferta de pessoal qualificado está abaixo das futuras necessidades do aparelho produtivo.

#### **BIBLIOGRAFIA principal:**

- BENKO, G. & LIPIETZ, A. (Eds.) (1992) – *Les Regions Qui Gagnent.*, Paris, PUF.
- CARRIERE, J. P. (1992) – “Localisation des Investissements Directs Etrangers et Dynamiques Regionales Nord-Mediterraneennes”, Relatório intermédio, GERBAM-DATAR.
- DICKEN, P., QUEVIT, M., SAVARY, J. (1992) – “Evaluating the Impact of Transnational Corporations on Peripheral Regions: Some Conceptual Bases” (policopiado).
- DICKEN, P., (1992) – “International production in a Volatile Regulatory Environment: The Influence of National Regulatory Policies on the Spatial Strategies of Transnational Corporations”, *Geoforum*, Vol. 23, nº 3, pp. 303-316.

- FERRÃO, J. (1992) – “TNCs, National Assertiveness and Regional Development: the Need for a South European Strategic Perspective”, comunicação apresentada na 1ª Conferência do Programa RURE, Lisboa.
- HATEM, F. (1992) – “Attirer les Industriels Etrangers: atouts et faiblesses de l’espace Français”, comunicação apresentada no XLIe Colóquio da AFSE, La Localisation des Activités Economiques dans l’espace Mondial.
- MARQUES, T. Sá, (1992) – “Condições e Impactes territoriais do Investimento estrangeiro na Região Norte Litoral”, comunicação apresentada no VI Colóquio Ibérico de Geografia, Porto.
- NEI (1992) (in cooperation with Ernst and Young) – New Location Factors for Mobile Investment in Europe, Final Report for the European Commission, DG XVI, CEC, Bruxelas.
- QUEVIT, M., Desterbecq, H. e Nauwelaers, C. (1992) – “General Theoretical Framework for Mastering the Interaction between TNCs’ Strategic Behaviour and Regional Restructuring in Europe”, (policopiado).
- SAVARY, J. (1991) – “Transnational Corporations, Globalization Process and the Future of Peripheral Regions”, (policopiado).
- VELTZ, P. (1992) – “D’une Géographie des couts a une Géographie de l’Organisation. Quelques theses sur l’évolution des rapports entreprises/territoires”, comunicação apresentada no XLIe Colóquio da AFSE, La Localisation des Activités Economiques dans l’espace Mondial.